

HISTORIOGRAFIA, DESLOCAMENTOS E AFRICANIDADES

Maria Elizabeth Ribeiro CARNEIRO*

RESUMO

Pretende-se proceder à leitura de imagens cunhadas na historiografia que modelaram identidades africanas e forjaram matrizes de pensamento acerca da formação mestiça da nação brasileira. Considerando-se que cada geração realiza uma leitura das produções intelectuais que a precedem e que as interpretações teórico-metodológicas, além de dialógicas, são histórica e politicamente construídas e re-significadas, é possível observar alinhamentos, dissonâncias e deslocamentos que reiteram ou alteram as formas de se apreender e representar a realidade social. Atentar para identidades racializadas e sexualizadas construídas no pensamento de autores referenciais é também um esforço de se pensar sobre as condições de possibilidade que fazem operar categorias e conceitos baseados na biologia e em uma lógica binária, que presidem narrativas dos séculos XIX e XX: natureza X cultura; passividade X resistência; benevolência X violência; atraso X progresso; degeneração X civilização. A espessura e a complexidade dessas imagens, bem como alguns de seus efeitos, desvelam o jogo de construções discursivas que nomeiam diferenças para instaurar assimetrias e reproduzir desigualdades sociais. Trata-se de uma oportunidade de se abordar a positividade de discursos considerados fundadores e a força das construções identitárias informadas por categorias que remetem à nacionalidade, à raça-etnia, ao sexo-gênero, em relação ao conjunto de regras que permitem formá-las como objetos do discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico.

Palavras-chave: historiografia – identidades - representações sociais - raça-etnia - sexo-gênero.

Em *Viagem pelo Brasil 1817-1820*, Spix e Martius descrevem sua chegada no Rio de Janeiro. Em traços firmes, a composição denota o contraste entre as idéias subjacentes de “civilização” e “barbárie”, sob tonalidades que definem um retrato muito recorrente da paisagem social brasileira. Ao reafirmarem a dicotomia que contrapõe aqueles conceitos, na perspectiva dos naturalistas emerge a narrativa modelada sob concepção linear, pela qual se observa a força do pensamento evolucionista que apreende o movimento pendular de um estado de “natureza” para o da “civilização”. Para eles, quem

* Doutora pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, onde defendeu a tese *Procura-se “Preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas-de-leite escravas na sociedade carioca oitocentista (1850-1888)*, em dezembro de 2006, com apoio do CNPq. Atua como pesquisadora, professora e, também, como consultora para a área de cultura do Ministério do Desenvolvimento Agrário e no Ministério da Cultura.

[...] chega convencido de encontrar esta parte do mundo descoberta só desde três séculos, com a natureza inteiramente rude, violenta e invicta, poder-se-ia julgar, ao menos aqui na capital do Brasil, fora dela; tanto fez a influência da civilização e cultura da velha e educada Europa para remover deste ponto da colônia os característicos da selvajaria americana, e dar-lhe cunho de civilização avançada [...]¹

A julgar pela primeira impressão, a esperada “*selvajaria americana*” parecia dar lugar a uma “civilização avançada”, antecipando de modo surpreendente a preconcebida escalada dos acontecimentos da história em direção à evolução “civilizadora”. Aos naturalistas, parecia que a “influência da civilização e cultura da velha e educada Europa” já havia triunfado na guerra de conquista por aquele patrimônio material e imaterial dos trópicos e já havia dominado e domado a “natureza rude, violenta e invicta”. Entretanto, a ênfase no aspecto europeu do Rio de Janeiro, forjado pela “língua, costumes, arquitetura e afluxo dos produtos da indústria de todas as partes do mundo”, apesar de intensa, seria menos impactante do que o revelado na impressão seguinte. No prosseguimento do trecho, a natureza “rude” finalmente se confirmaria, porquanto

[...] o que logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo, é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de surpresa do que de agrado. A natureza inferior, bruta, desses homens importunos, seminus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as formas obsequiosas da sua pátria [...]²

A imagem da “turba variegada de negros e mulatos” contrasta com os “costumes delicados” dos europeus. Assim, impressas em nuances escuras da cor da pele, configuradas sob as condições aviltantes da escravidão, os traços que contornam identidades africanas costumaram dar a ler a contra-face da cultura e do progresso, aquilo que consideravam uma “natureza inferior”, que causava ofensas “importunas” e “desagradavam” olhares europeus.

A noção de uma “inferioridade natural” parece ter sido uma tonalidade unívoca que nutriu a idéia de que a África era terra de origem de povos “brutos”, “selvagens”, sem regras, sem leis, portanto, “negros”, em relação aos povos “brancos” da Europa “civilizada”, “evoluída” e “cultu”. As representações configuradas do “ser africano” pela filosofia ilustrada e pelo discurso do conhecimento científico que se organizava tenderam

¹ SPIX, J.B. e MARTIUS, C.F.P. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. vol.1, 2 e 3. Trad. Lucia F. Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUsp, 1981, pp.47-8.

² *Idem, ibidem*, p.48.

a formular uma ciência das raças, conceito transportado da zoologia e da botânica para classificar e justificar a hierarquia da diversidade humana.

A “inferioridade” vista em sob uma condição “natural”, portanto inequívoca, era um pressuposto generalizado, mesmo que suas leituras fossem diversas. Por exemplo, Buffon, que acreditava em uma origem comum para a humanidade, explicava a inferioridade atribuindo-a ao clima tropical, excessivamente quente para permitir um desenvolvimento corporal, intelectual e moral. Já Voltaire, poligenista, isto é, alinhado com os que acreditavam na diversidade das origens da humanidade, pensava que a raça negra teria uma estrutura interna deficiente e a mestiçagem geraria anomalia irreparável.

Muitas imagens que identificam a “africanidade” foram insistente e historicamente cunhadas sob o signo da “negritude” e da “barbárie”, em relação à considerada “civilização européia e branca”. No entanto, hoje, não seria possível se pensar em homogeneidade cultural de uma comunidade nacional qualquer, nem mesmo se acreditar em mapas que traçam linhas de influência cultural de populações de certas regiões africanas que possam ser projetadas sobre regiões do continente americano para determinar conjuntos de crenças, valores que tenham se mantido intactos, funcionais ou coerentes.

Sem descartar a importância de alguns valores comuns que porventura se tenham mantido, preferimos lembrar com Sidney W. Mintz e Richard Price, que africanos trazidos nos deslocamentos atlânticos não consistiam grupos coesos, mas eram “multidões muito heterogêneas” ou “comunidades de pessoas” que “só puderam transformar-se em comunidades através de processos de mudança cultural”, já que o que aqueles seres escravizados puderam compartilhar no começo, inegavelmente, era sua escravização; “todo – ou quase todo o resto teve que ser criado por eles”³.

Pensar o termo “africanidade”, ou seja, a condição, qualidade ou caráter do que é africano, instiga-nos primeiramente a questionar o uso do termo no singular. Africanidade sugere o pressuposto de uma herança cultural generalizada ou a idéia de uma unidade da África ocidental e central, portanto, pensar o termo na forma plural seria um artifício para se tentar apreender o movimento ou a historicidade de identidades que foram social e culturalmente construídas, que foram tecidas, recriadas, re-significadas sob diversos olhares, escritas e temporalidades.

³ MINTZ, Sidney W. e PRICE, Richard. *O Nascimento da Cultura Afro-americana. Uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas; Universidade Cândido Mendes, 2003, pp. 37-8.

Tal artifício permite-nos aproximar de sentidos correntes e naturalizados em discursos da historiografia à luz de algumas perspectivas contemporâneas que nos possibilitam desvelar, nessas narrativas, a orquestração das diferenças impregnadas nos corpos e nas identidades fixas. Pensar em “africanidades” seria, portanto, um esforço de reler a produção, a reprodução e a operação de categorias identitárias não só de nação, de raça-etnia, mas também de condição social, de classe, de sexo-gênero. Trata-se, também, de um esforço de apreensão de enunciados emblemáticos da escrita historiográfica que poderá nos ajudar a reler o trânsito de certos significados e, sobretudo, abordar algumas das condições históricas que engendraram interpretações sobre o “ser brasileiro”, identidade tantas vezes “tingida” de “negritudes”, e embebida de sentidos geralmente negativos que remetem às influências de certas “africanidades”, sob olhares que se fixaram para nomear, criticar ou re-significar diferenças e, também, para explicar as condições desiguais, restritivas e desumanas da experiência da escravidão.

Tal perspectiva apresenta-se promissora, no caso da análise das “africanidades” e das “relações escravistas”, noções que se entrelaçam nos discursos, e possibilitam observar o tecido das relações sociais miúdas, cotidianas, salientar lutas, deslocamentos, que, na ordem escravista, deram forma a certas representações sociais ou, como explica Bakzco, a “um sistema de idéias-imagens de representação coletiva mediante o qual as sociedades se atribuem uma identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros”⁴ .

Von Martius e a receita da História

Após a viagem que empreendeu com Spix pelo Brasil entre 1817 e 1821, o naturalista bávaro von Martius contribuiu para organização institucional da monarquia, tendo sido premiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) por elaborar um modelo de narrativa⁵ em que a “história da natureza” e uma “história dos homens” pudessem ser tecidas no mesmo movimento. Com ênfase na descrição das três raças, ele acreditava que a integração das populações indígenas e negras às consideradas brancas e européias fosse um caminho para se incorporar a sociedade mestiça ao patamar civilizatório, representado pelos povos que já possuíam registro histórico.

⁴ BAKZCO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux*. Paris: Payot, 1984, p.8. apud PESAVENTO, Sandra. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh/Contexto, vol.15, n.29, 1995, p.16.

⁵ Carl Friedrich Phillipp von Martius (jan.1845) “Como se deve escrever a história do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 6 (24), pp.381-402.

A receita do naturalista incluía atentar para a formação da população brasileira, evitando-se incorrer no erro historiográfico de se “desprezar as forças indígenas e dos negros importados”, que juntamente com os europeus concorreram para o “desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população”⁶. Ele formulou uma narrativa inaugural que passaria a servir como quadro geral para os discursos posteriores, legitimada pela instituição e pelo concurso. Assim, ele demonstrava um modo de operar a escrita historiográfica, conferindo a ela um padrão, um eixo central, linear e evolutivo, pretensamente destituído de subjetividade ou empenho autoral, que pudesse dissimular a substância romântica e idealista nos procedimentos acurados da observação e da objetividade para alçar foros de cientificidade.

Herdeiro da cultura iluminista, sintonizado com o método de esquadramento da natureza e dos povos que as habitam, conforme o projeto de apreensão do outro e de decifração para o código letrado europeu das paisagens naturais exóticas, seu olhar viajante, rastreador e classificador foi responsável pela configuração de um primeiro modelo de unidade social e nacional, modelo formal também responsável ocultação de uma diversidade que insistia em se mostrar⁷.

Não se pode desconsiderar que o naturalista traduzia para a realidade brasileira os quadros do pensamento europeu, cunhados por marcos da biologia e do conhecimento científico que sublinhavam identidades e corpos com categorias que, hoje, não podem mais ser consideradas neutras, somáticas ou hereditárias, ao contrário, devem ser tomadas como construtos sociais significativos do uso político das diferenças para explicar desigualdades e hierarquizações na sociedade.

Não por acaso, retomada da Grécia Antiga, a noção de “etnia” emerge no século no século XIX mesclada a outras noções pulsantes no pensamento ocidental como, as de “povo”, “raça”, “nação”, e sua trajetória semântica mantém com elas aproximações e afastamentos. A reinvenção do vocábulo “etnia” no mundo moderno serviu ao zoólogo francês Vacher de Lapouge para reafirmar a relevância da categoria “raça” como fator fundamental da história, entendida como a história das nações. Nessa ótica, “etnia” foi

⁶ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. 3ª. Edição. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969, p.130.

⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado.

definida como “conjunto dos indivíduos que possuem em comum um determinado tipo hereditário”⁸. Segundo Poutignat e Streif-Fenart, serviu também para prevenir o “erro”

[...] que consiste em confundir a raça – que ele identifica pela associação de características morfologias (altura, índice cefálico etc.) e qualidades psicológicas - com um modo de agrupamento formado a partir de laços intelectuais, como a cultura ou a língua.⁹

“Etnia” reaparecia ali, portanto, em oposição à noção de “raça” e também de “nação”, para dar conta da idéia de vínculo de solidariedade que é exercida por meio de laços intelectuais e culturais de um grupo particular, simultaneamente diferente daquela produzida pela organização política (“nação”) e pela semelhança antropológica (“raça”). Outra matriz importante pode ser apreendida em Renan, que foi reconhecido como um dos mestres do pensamento do século XIX por ter formulado idéias originais, por exemplo, a oposição entre as “raças” ariana e semita, embora também tenha reproduzido sedimentações de uma ideologia racista comum e anônima que parece estar presente nos discursos que lhe contemporâneos.

Para ele, além dos negros da África, os nativos da Austrália e os índios da América constituíam uma raça inferior. Ele concebia uma inferioridade cultural, não de traços físicos comuns. Renan acreditava que a Terra era anteriormente coberta por essas três raças, que foram gradativamente eliminadas por outras raças. Assim, ele foi um dos que cunhou a idéia de uma “eterna infância dessas raças não aperfeiçoáveis”, de “povos destinados à imobilidade”¹⁰. Pensava que era próprio das raças inferiores não apenas serem primitivas ou não civilizadas, mas também não serem civilizáveis, já que sofriam de uma “incapacidade absoluta de organização e progresso”¹¹.

É possível observar o chão ou o céu imaginário impregnado dessas noções referenciais que nutrem algumas das imagens oitocentistas não como uma substância homogênea, mas em sua natureza contingente, instável, movediça, ao mesmo tempo sólida e fecunda. Em correntes contrárias ao humanismo iluminista do século XVIII, com Rousseau preocupado em fundamentar o ideal humanista como traço distintivo da espécie

⁸ VACHER DE LAPOUGE, G. *Les Selections Sociales*. Paris: Thorin et Fils, 1896. Apud POUTIGNAT Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Trad. Elcio Fernandes. 2ª. reimpressão. São Paulo: Unesp, 1998, pp. 33-4.

⁹ POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Op. cit.*, pp. 33-4.

¹⁰ RENAN, E. *L'Avenir de la science*, pp. 859-861. Apud. TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros*. A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Trad. Sérgio Góes de Paula. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, pp. 121-8.

¹¹ RENAN, E. *Histoire générale*, t.VIII, 1855, pp. 576-81. Apud TODOROV, T. *Op. cit.*, pp. 121-8.

humana, destacando a capacidade desta se aperfeiçoar, os estudiosos racialistas¹² se ocupavam em classificar os grupos humanos como “destinados” a uma hierarquia escalonada em raças “inferiores”, “médias” e “superiores”, tendo como base a idéia de “processo natural” e de “legitimação da história”¹³.

Renan defendia em sua extensa obra que “o processo de civilização é reconhecido em suas leis gerais e a desigualdade das raças inferiores é constatada”, quer dizer, como resultado da obra da “natureza”, a leitura do mundo social sob a ótica da hierarquia das raças era, para ele, incontestável¹⁴. A dicotomia natureza/cultura parece estruturar essas concepções caras que atravessam o pensamento moderno. A “civilização” e a “cultura” eram características pressupostas, “explicáveis” e irrefutáveis dos povos indo-europeus, estes que representavam as raças superiores, daí serem considerados os responsáveis pelas “grandes invenções nas artes, nas ciências e na indústria”, enquanto nas raças primitivas e inferiores, constatava-se “sempre uma maior ou menor incapacidade de raciocinar”¹⁵.

A mistura entre as esferas semânticas e as conotações políticas dos termos “raça”, “etnia” e “nação” não parecem fáceis de se dissipar. Seria importante adentrar outros autores para aprofundar uma questão complexa que perpassa dois séculos sob a mira de diferentes olhares, preconceitos e discussões. Para abreviar o caminho dessa digressão, não seria possível tomar a “raça” como fator explicativo do social, como pretendeu fazer Vacher de Lapouge e muitos outros. Tampouco acreditar no caráter apolítico das teorias dos racialistas, especialmente de Renan, que entendia o elemento étnico como objetivo e fatalista, em oposição à subjetividade e à vontade como instrumentos e efeitos da representação coletiva, fatores decisivos para a formação das nações¹⁶.

Ao contrário, retomar essa discussão permite acompanhar a construção histórica de algumas matrizes discursivas relevantes, não na dimensão do interesse de certos autores,

¹² Sobre Buffon, G.-L.L. de (1707-1788), Renan, E. (1823-1892) e Le Bon, G. (1841-1931), ver TODOROV, Tzvetan. *Op. cit.*, pp. 121-8.

¹³ *Id. ibid.*

¹⁴ Também para Le Bon, que repete muitas das idéias de Renan, as raças não seriam aperfeiçoáveis, portanto “não há exemplo na história antiga ou moderna de um povoamento negro ter se elevado a um certo nível de civilização, mas apenas rudimentos”¹⁴. Já em outro patamar da civilização, também fundamentada na “causalidade da história”, para ele, as raças ariana e semita “possuem em comum, e exclusivamente, a soberana característica da beleza” e “nos aparecem em todos os lugares com um certo grau de cultura” (...), “é de se supor, portanto, que as raças civilizadas não atravessaram o estado selvagem e carregaram em si mesmas, desde o começo, o germe dos progressos futuros”. RENAN, E. *Histoire générale*, t.VIII, 1855, p. 586. Apud TODOROV, T. *Op. cit.*, pp. 121-8.

¹⁵ BUFFON, G.-L.L. de, *Oeuvres Completes*. Pourrat Frères, 22 vol. 1833-1834. Apud TODOROV, T. *Op. cit.*, pp. 121-128.

¹⁶ Weber contribui, nesse aspecto, ao entender que a “etnia, como a nação, fica do lado da crença do sentimento e da representação coletiva, contrariamente à raça, que fica do lado do parentesco biológico efetivo”. Sobre o assunto, ver: PUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Op. cit.*, p. 41.

mas para se pensar as condições de produção dos discursos a conquista de alguns territórios de verdade. Condições, essas, que serviram não somente para a conformação do pensamento francês, mas foram centrais na configuração da historiografia européia e do ocidente, que tanto absorveu contribuições de outras tradições quanto as influenciou.

Na Corte oitocentista, também as idéias estavam em movimento. Do ponto de vista do naturalista von Martius, a situação racial no Brasil Imperial era análoga à de um “rio purificador”, que contribuía para o “desenvolvimento sucessivo do Brasil”, local onde

[...] se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento das três raças humanas que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga e que devem servir mutuamente de meio e fim. [...] ¹⁷

Por outro viés, poucas décadas adiante, ressoava no Brasil a idéia elaborada pelo naturalista Agassiz da “deterioração decorrente da amálgama de raças” observada neste “laboratório racial” ¹⁸. Para ele, este era um país onde a mistura de raças parecia mais interessante observar do que a própria natureza. Entre as duas noções contrárias que invocavam a “purificação” e a “deterioração” e sob sentidos despejados em diferentes momentos, atravessadas por diferentes matrizes de inteligibilidade, as imagens dos corpos africanos escravizados aparecem revestidas com as malhas de discursos românticos que anteviam futuro promissor, e também pelas interpretações “realistas” ou “cientificistas” que vislubravam “perigos da miscigenação” e, geralmente, a impossibilidade da cidadania ¹⁹.

Gilberto Freyre e a “democracia racial”

Gilberto Freyre funda outra matriz importante, já no início do século XX, ao basear na família, a construção de sua obra sociológica. Partindo dos traços da herança cultural portuguesa, no contato com a forma híbrida de produção agrícola tradicional e escravista voltada para o mercado internacional, apreende uma célula indivisível - embora multiplicável -, primeira e única unidade social estável gerada por laços de submissão e autoritarismo. Organizado em torno de instituições e valores próprios – sendo a religião

¹⁷ MARTIUS, C.F.P. Von. Como escrever a história do Brasil. In: *Revista do IHGB*, Tomo 6, s/d, p. 381

¹⁸ AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-66)*. Trad. de Edgard Süsskind de Mendonça. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 5, Brasileira. V 95. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

¹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil. Op. cit.*, pp.22-6.

um dos mais fortes deles -, o sistema casa-grande-senzala apresenta-se, a ele, como referência do modo cotidiano de viver a organização familiar no Brasil colonial.

Mais do que isso, o modelo de “família patriarcal” parece ter lhe servido como chave para o entendimento das mudanças que se operaram na história social. Sua visão de mudança lenta da sociedade supõe a continuidade de um modelo, que, de tão forte, conduziria a uma sucessão de patriarcados: do rural em direção ao urbano e ao industrial²⁰. Nessa vertente, ele procura perceber

[...] os processos de subordinação e, ao mesmo tempo, os de acomodação, de uma raça a outra, de uma classe a outra, de várias religiões e tradições de cultura a uma só, que caracterizaram a formação do nosso patriarcado rural e, a partir dos fins do século XVIII, o seu declínio ou o seu prolongamento no patriarcado menos severo dos senhores dos sobrados urbanos e semi-urbanos; o desenvolvimento das cidades; a formação do Império; íamos quase dizendo, a formação do povo brasileiro [...] ²¹

A linha contínua de acontecimentos sincrônicos da história, em Freyre, descreve uma infinidade de situações do cotidiano: maneiras de dormir, comer, trajar, morar, comportar-se, meios de transporte, devoções, vícios, divertimentos, doenças, remédios etc. Com relação à desigualdade da sociedade escravista, interessa-lhe, particularmente,

[...] a posição da figura do escravo de senzala, substituído pelo pária de mucambo ou de palhoça, obrigado a trabalhos vis; e de quem os demais elementos da sociedade têm sempre querido distinguir-se, para tanto procurando constituir-se, de diferentes maneiras, em figuras, ou arremedos de figuras, de nobres ou simplesmente de homens livres [...] ²²

Evidenciando a composição binária das figuras de escravos e de proprietários, o “mestre de Apipucos” defendeu sua crença nas possibilidades de ascensão social “do mucambo ao sobrado”, baseado na idéia de “reciprocidade entre as culturas”, processo que “se tem feito acompanhar de intensa mobilidade social entre classes e entre regiões”. Suas análises enfatizam o poder da miscigenação que, “tão grande nas cidades como nas fazendas, teria amaciado, a seu modo, antagonismos entre os extremos” do corpo social. São diversas as situações descritas para justificar o movimento social: de brancos, “até louros, que desceram de classe, em vez de se conservarem na de origem” e “de negro a

²⁰ VELOSO, M. e MADEIRA, A. *Leituras Brasileiras*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.156.

²¹ FREYRE, Gilberto. *Op.cit.*, p.9.

²² *Id. ibid.*, p.410.

branco ou a ‘moreno’ ou ‘caboclo’”. Em nossa sociedade, que vem sempre “amorenando-se”, “até Nossa Senhora amulatou-se, engordou e criou peitos de mãe-preta nas mãos de nossos santeiros”²³.

Se a urbanização do país tornara mais complexa a paisagem social, para ele, ficaram acentuados os antagonismos “de cultura européia e de cultura africana ou cultura indígena (...) outrora mantidos em equilíbrio à sombra dos engenhos e fazendas e estâncias latifundiárias”. Todavia, tais antagonismos não acirraram diferenças, ao contrário, apesar deles, tornaram-se “maiores as oportunidades de ascensão social, nas cidades, para os escravos e para os filhos de escravos, que fossem indivíduos dotados de aptidão artística ou intelectual extraordinária ou de qualidades especiais de atração sexual”²⁴. Assim, se Freyre enaltece as possibilidades promissoras da integração racial, explicitando sua confiança na modernidade, insinua, porém, condições “extraordinárias” que permitiriam a escravos e ex-escravos ocuparem papéis hierarquicamente superiores aos de costume. Quais seriam os papéis a que estaria se referindo o autor, cujos requisitos seriam uma “aptidão artística ou intelectual extraordinária” ou qualidades de “atração sexual”?

Os estudos do sociólogo-historiador mereceram reconhecimento e provocaram toda uma cadeia de desdobramentos substantivos. Por outro lado, o modelo de família patriarcal também ganhou críticas²⁵, particularmente por ter compactado uma “sociedade multifacetada, móvel, flexível e dispersa” na “tentativa de acomodá-la dentro dos estreitos limites do engenho ou da fazenda: lugares privilegiados do nascimento da sociedade brasileira”²⁶. Como assinala Corrêa, Freyre teria desprezado uma gama diversa de sujeitos sociais, tais como lavradores, técnicos do engenho, assalariados e livres, pequenos proprietários que cultivavam gêneros de subsistência, tabaco, algodão ou que trabalhavam na pecuária, além de camadas urbanas marginais ou administrativas que compunham formas outras de unidade familiar. Na sua “visão dualista desta sociedade”, ele acabou por achatar “as diferenças, comprimindo-as até caberem todas num mesmo molde que é então utilizado como ponto central de referência quando se fala de família no Brasil”²⁷.

²³ *Id. ibid.*, pp.680-2.

²⁴ *Id. ibid.*, p.184.

²⁵ É vasta a produção de livros, teses e artigos nas duas últimas décadas que tratam da estrutura e organização da família do Brasil. Sobre eles, ver: “A História da Família no Brasil”, SAMARA, Eni de Mesquita. In *Revista Brasileira de História* – Família e grupos de convívio. SP: Marco Zero, 1988/89.

²⁶ CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira”. In: Corrêa, M. et alii, *Colcha de Retalhos*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.22.

²⁷ Na intenção de “relativizar essa imagem dominante na literatura sobre a família no Brasil”, a autora lembra que aquela categoria - família patriarcal - “apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira”. *Idem, ibidem*, p.25

Munido das teorias e métodos da antropologia cultural, Freyre constrói uma história social brasileira que retoma para salientar favoravelmente a interação das marcas de “raça” e do “ambiente”, contrariando as doutrinas racistas do período. Assim, ao enxergar a miscigenação como modo de enriquecimento da cultura regional e nacional, no caso específico da nossa formação social, para ele os cruzamentos raciais conduziram um processo “contagiosamente democrático ou democratizante e até anarquizante, no amalgamento de raças e culturas”²⁸.

Caio Prado Jr e as categorias de raça e etnia sob a dominação de classe

Se a categoria “raça” parece ter sido priorizada na abordagem daquele autor, tal não é a perspectiva de Caio Prado Júnior, que prefere apreender a realidade social brasileira sob os pressupostos do materialismo histórico. A partir desse outro mirante, Prado, com a construção do “sentido da colonização”, imprime significados aos “elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos”²⁹. Como uma das resultantes da vasta empresa comercial empreendida por alguns países europeus, o período colonial brasileiro é analisado na sua dinâmica interna e externa e em suas ressonâncias, observadas na estruturação da sociedade. Atento à escravidão de negros africanos, “feição particular do mundo moderno”, e à “mestiçagem profunda das três raças que entram na sua composição”, para ele, as categorias “etnia” e “raça” só fazem sentido quando associadas à “classe”, associação, esta, que permite pensar sobre as noções de “desigualdade” e “dominação”, fundamentais na sua perspectiva de análise.

Ao promover a articulação das categorias – etnia, raça e classe - o autor infere que “a classificação étnica do indivíduo se faz no Brasil muito mais pela sua posição social; e a raça, pelo menos nas classes superiores, é mais função daquela posição que dos caracteres somáticos”. Desenvolvendo tal premissa e insistindo nas relações estreitas e específicas que demandam uma articulação e a imbricação necessária daquelas categorias, Prado sugere que

[...] o paralelismo das escalas cromáticas e social faz do branco e da pureza de raça um ideal que exerce importante função na evolução étnica

²⁸ FREYRE, G. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p.355.

²⁹ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Brasiliense, p.32.

brasileira; ao lado das circunstâncias assinaladas (...), ele tem um grande papel na orientação dos cruzamentos reforçando a posição preponderante e o prestígio de procriador do branco [...] ³⁰

Construção recorrente nas análises do autor, tal relação de paralelismo entre aspectos somáticos e posições sociais na sociedade brasileira se manifesta, também, pela “preocupação generalizada de “limpar o sangue”, como se chamava aquela acentuação do influxo branco”, ou seja, no desejo de “branqueamento” revelado, inclusive, pela evidência do referente masculinos, superior, assinalada no “prestígio de procriador do branco” ³¹.

Ao espreitar uma “circulação intra-social apreciável” e sem desprezar suas variantes regionais, ele apreende um território estratificado, delimitado por configurações etno/classistas, onde destaca a forte hierarquização da sociedade brasileira, engendrada nos seus primórdios coloniais. Insistindo nessa tônica, sua análise sugere que contínuas inserções de novos contingentes, europeus e africanos sobre um panorama étnico de “fundo predominante de mestiços” e de “grupos puros das três raças” não chegam a “transformar fundamentalmente a feição étnica predominante”, tampouco a alterar o “paralelismo cromático e social que constitui (...) o outro caráter essencial da etnia brasileira. Isto porque os novos contingentes se distribuem na sociedade respeitando a situação existente” ³².

Preocupado em introduzir a noção de classe ou condição social no contraste racial, ele conclui que a diferença que claramente se manifesta nos caracteres somáticos, tendem a agravar “uma discriminação já realizada no terreno social”, porque “empresta uma marca iniludível a esta diferença social”. Assim, ao rotular o indivíduo, ela “contribui (...) para elevar e reforçar as barreiras que separam as classes”. Em direção contrária aos ideais democratizantes de Freyre, Prado afirma que, numa realidade de luta e contradições, “a aproximação e a fusão [de classes] se tornam mais difíceis, [porque] acentua-se o predomínio de uma sobre a outra” ³³.

A história da formação social brasileira olhada do ponto de vista da estrutura econômica, especialmente apreendida na singularidade de suas relações de produção, traz, pelo menos, duas contribuições importantes para o estudo da escravidão e

³⁰ PRADO Jr., Caio. *Op.cit.*, p.110.

³¹ *Id. ibid.*, p. 111.

³² *Id., ibid.*

³³ *Id, ibid.*, p.274.

das africanidades: a primeira ressalta que o conjunto da atividade colonial repousa “exclusivamente no trabalho forçado e não consentido imposto pela servidão”, traço que condiciona e desvaloriza a própria idéia de trabalho, sobretudo braçal ou manual. Esta, ao estar representada pelas identidades escravas e africanas, exprime uma esfera da atividade social identificada com espaços externos à cidadania. Ao tratar desse aspecto, Prado reflete sobre as marcas sociais que fundamentam a ordem escravista e sugere que, ali, a noção de cidadania e liberdade pareciam avizinhar-se à de ócio ou inércia, em contraste com as relações de trabalho, estas, movidas a artefatos e gestos de coerção.

A segunda, que especialmente nos interessa, trata da diferenciação maniqueísta entre esferas de produção econômica, da grande lavoura monocultora e das pequenas práticas da domesticidade, quer dizer, das atividades consideradas propriamente produtivas e das práticas quase invisíveis do serviço cotidiano, ou seja, o trabalho do eito e o de ‘portas a dentro’. Embora Caio Prado privilegie o primeiro em detrimento do segundo, mesmo encolhida em sua expressão econômica, a esfera privada de relacionamento do trabalho escravo emerge significativa, quando ele destaca que

[...] apesar da amplidão e importância econômica muito maiores do primeiro setor, o último não pode ser esquecido ou subestimado. Não só ele é numericamente volumoso – pois intervém, a par das legítimas necessidades do serviço doméstico, a vaidade dos senhores que se alimenta com números avultados de servos; como é grande a participação que tem na vida social da colônia e na influência que sobre ela exerce (...).O contato que o escravo doméstico mantém com seus senhores e com a sociedade branca em geral, é muito maior, muito mais íntimo. É certamente por ele que se canalizou para a vida brasileira a maior parte dos malefícios da escravidão [...]³⁴

Ao sinalizar para a dimensão da cultura, o historiador observa que a escravidão doméstica, se não tem a mesma importância da atividade exportadora, fora imprescindível para a manutenção de necessidades outras - materiais e imateriais - da classe dominante e seria significativa, considerando-se o volume de trabalhadores envolvidos. A dicotomia de novo se estabelece quando ele frisa que a relação de intimidade entre a “sociedade branca” e os escravos canalizou a maior parte de “malefícios” para a vida brasileira. Idéia que contrapõe em seguida, ao afirmar que tal convivência trouxe também algo de favorável: “a ternura e afetividade da mãe preta, e os saborosos quitutes da culinária afro-brasileira(...)”³⁵.

³⁴ *Id., ibid.*, p.278.

³⁵ *Id., ibid.*

Aí, a figura de mulher escravizada aparece mais uma vez encarnada, como mãe preta e contrapeso, pequeno, porém expressivo, na balança predominantemente negativa da experiência da escravidão. Assim colocada, no mundo inferiorizado das africanidades, da escravidão, das prendas domésticas, das práticas femininas, ela parece representar uma espécie de compensação à experiência frequentemente desfavorável daquele convívio de duas identidades sociais distintas, dependentes e apartadas, reconstruídas muitas vezes na historiografia, com base no referente universal masculino, europeu, livre e branco.

A figura da mãe preta é invocada também como identidade que fixa experiências múltiplas de escravas - nem sempre boas e ternas -, nas práticas cotidianas, experiências de mulheres negras, pardas, cativas, desapossadas, desprovidas de seus corpos e destinos, que, também no discurso de viés marxista, reaparecem em contraponto às práticas da “devassidão”, da “sexualidade desenfreada” e da “mestiçagem”, acentuando a feição “amaciadora” dos embates que se dissimulam e imprimem em marcas de nação, classe, raça, etnia, sexo e gênero. Com cheiro de quitutes, a imagem negra de mulher mãe figura no palco minado por conflitos e derrama “sentimentalismo” no que o autor nomeia como uma “índole brasileira”, despejando sentidos no imaginário e na memória social. Trata-se de mais uma imagem identitária que se consolida na realidade imaginária e dissemina idéias, por exemplo, de uma vocação “natural”, portanto inevitável, e nacional para a docilidade, mas também para a moleza, mansidão, inércia e a passividade.

A representação da mulher escravizada foi invocada nessa grade binária tanto para se falar de “ternura” e “afetividade”, como para se falar de “patologias sociais” e “malefícios”, quando aparece vinculada à “devassidão”, à “degeneração dos costumes” e à “deficiente educação brasileira”. A emergência de imagens femininas e africanas de “mães pretas” ou “escravas viciosas e sedutoras” pertence e aciona o jogo político das localizações identitárias, denotando a força dessas representações na historiografia do Brasil, haja vista sua circulação em códigos sociais como formas do saber-poder. Presença intermitente, elas revelam, portanto, a incidência de imagens binárias e unívocas sobre aspectos estruturais do pensamento e da cultura e, ainda, como representações sociais construídas, servem para interpretar a experiência do[s] indivíduo[s] em sociedade, ao mesmo tempo em que instauram versões da realidade vivida e partilhada³⁶.

Fundamentais como substrato da vida cultural e para a operação da lógica binária, as representações da “bondade” sinalizam também para as imagens da “contribuição

³⁶ JODELET, Denise, *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires, p.49.

passiva”³⁷ de africanos e ameríndios para a formação brasileira, do “recrutamento de raças inferiores”³⁸, de “povos bárbaros e semi-bárbaros”, (...)“de nível cultural ínfimo”³⁹, de uma mescla nefasta das três raças em uma “orgia de sexualismo desenfreado”⁴⁰. Elas remetem também à “excepcional capacidade do português em se cruzar com outras raças”, o que para o historiador paulista foi a “aptidão [a] que o Brasil deveu sua unidade”⁴¹. Significativamente, o referente masculino, europeu e branco reaparece em muitos outros textos de intérpretes que, mais do que observadores, coabitam, como assinala Margareth Rago,

[...] um campo discursivo que, de ordem biológica, [que] reforça a estigmatização do outro visto como desvio, monstruosidade, diferença. Etnocêntrico e xenófobo, percebe o outro biologicamente como raça inferior; falocêntrico, institui o masculino como lugar da verdade e da perfeição[...] ⁴²

Tais representações revelam um alfabeto significante que emerge de um solo histórico que produz e reproduz representações etnocêntricas, misóginas e racistas constitutivas do modelo que se quer plasmar brasileiro, com a contribuição do “ardor do sangue africano”: um modelo identitário sexualizado, que tem como referente a figura de um povo passivo, instintivo e sensual, que não se controla diante de tentações, perversões e vícios. Essas representações impregnaram matrizes do pensamento que até hoje são retomadas para se pensar a sociedade mestiça e a desigualdade social do país, disseminando imagens construídas como fundadoras, que foram naturalizadas e difundidas na literatura e no discurso científico. Como adverte Rago, a sexualidade exacerbada seria uma marca indelével da cultura brasileira, que desde os primórdios da colonização

[...] será responsável pela incapacidade atávica de evoluirmos, pela não-realização da modernidade brasileira. Ao contrário dos povos de origem puritana (...), nos quais o lado racional e administrador é mais forte do que o instintivo, o Brasil não consegue romper com o passado arcaico, pesado, conservador e autoritário, que entrava sua marcha rumo ao progresso [...] ⁴³

³⁷ *Id. ibid.*, p. 272.

³⁸ PRADO Jr, Caio. *Op.cit.*, p.32.

³⁹ *Id. ibid.*, p.272.

⁴⁰ *Id. ibid.*, p.107.

⁴¹ *Id. ibid.*

⁴² RAGO, Margareth, “Ensaio de Paulo Prado remete a análise do brasileiro lascivo”. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 24/08/1997.

⁴³ RAGO, Margareth. “Ensaio de Paulo Prado (...)”. *Id. ibid.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos revisitar discursos referenciais para pensar sobre “africanidades” ou sentidos construídos acerca da condição, qualidade ou caráter do que é africano, na historiografia do Brasil. Pensar em “africanidades” foi um exercício de reflexão sobre objetos que são nomeados, constituídos, objetivados por práticas sociais discursivas e não-discursivas, aqui recortados, percebidos em suas condições de possibilidade histórica, cujos sentidos aparecem atrelados a categorias e conceitos que também foram historicamente construídos. Apreendemos alguns sentidos que se entrelaçam e impregnam discursos racistas e misóginos que produziram tais identidades. Estas que transitaram não só na historiografia, mas em diversas narrativas que pretenderam registrar, explicar, interpretar ou recordar experiências partilhadas de uma “comunidade imaginada” africana, afro-brasileira ou brasileira ⁴⁴.

Não tivemos a intenção de pensá-las como unas, nacionais, essenciais, a-históricas, mas, sim, enxergá-las cunhadas sob dispositivos discursivos, sob diferentes modos de objetivavação/subjetivação, na genealogia das representações/relações de poder⁴⁵. Sob diferentes perspectivas teóricas que desvelam deslocamentos e descontinuidades, as marcas são impressas em corpos, subjetividades e africanidades e emergem como efeitos e instrumentos de maquinarias políticas históricas que esquadrinham gestos, classificam características biológicas, qualificam comportamentos identitários, engendrando formas unívocas de intelegibilidade cultural que reiteram diferenças de sexo-gênero, raça-etnia, religião e de nação, ao tempo em que dissimulam e fixam desigualdades e assimetrias sociais.

Abordar algumas representações identitárias que denotam e naturalizam “africanidades” presentes nos discursos da historiografia foi, portanto, uma oportunidade de se reler o discurso da “natureza humana”, entre noções que foram tomadas como bases imutáveis do ser, também para desvelar o caráter de construção do discurso, como resultado de uma operação de racionalização e redução do social, de apagamento da

⁴⁴ ANDERSON, B. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1983.

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 35.

pluralidade e da diferença⁴⁶. Trata-se de um exercício em que priorizamos o “acontecimento discursivo”, particularmente porque, como todo acontecimento, lembra Foucault, ele está aberto à repetição, à reativação e à transformação⁴⁷.

⁴⁶ SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: SWAIN, T.N. (Org.) *Feminismos: Teorias e Perspectivas. Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UnB*. vol 8, n.1/2, UnB: 2000, p. 49.

⁴⁷ FOUCAULT, Michel, *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p.32.